

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

PROTOCOLO
ANTICORRUPÇÃO
E SUBORNO



Grupo
Caldo Bom

1. INTRODUÇÃO

A política da Caldo Bom é manter um compromisso para o devido cumprimento de todas as leis de prevenção à corrupção e ao suborno que se estenda a todos aqueles que direta ou indiretamente estão ligados à empresa, sejam sócios, dirigentes, funcionários, representantes, fornecedores ou prestadores de serviços (“colaboradores” ou “parceiros externos”).

É dever de todos os colaboradores da Caldo Bom, em todas as unidades e nas diversas regiões onde atuam, conduzir todos os negócios com integridade, evitando qualquer forma de fraude, suborno, corrupção, falsificação, desonestidade ou lavagem de dinheiro dentre outras práticas inadequadas ou ilícitas. Isso demonstra o comprometimento da alta direção do Grupo para com a Política de Prevenção à Corrupção e ao Suborno e evidencia o seu apoio visível e inequívoco ao Programa de Compliance, do qual este Protocolo faz parte.

Assim, cabe à companhia e aos seus colaboradores, sem exceção, conhecer e aplicar – e fazer com que sejam conhecidos e aplicados – os conceitos relativos à política anticorrupção e a legislação em vigor.

Para tanto, a Caldo Bom elaborou o presente Protocolo, a partir de uma análise dos riscos aos quais está exposta, no âmbito de seu Programa de Integridade. Este consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Este Protocolo foi elaborado a partir dos padrões adotados pela Controladoria Geral da União (BRASIL. Programa de Integridade: diretrizes para empresas privadas. Brasília: CGU, 2015) e pela norma ISO/ABNT 19600:2014 – Sistema de gestão de compliance – Diretrizes. Além disso, foram observadas as balizas existentes no Decreto Federal nº 3.678/2000, no Decreto Federal nº 5.687/2006, na Lei Federal nº 12.846/2013, no Decreto Federal nº 8.420/2015 e na Portaria CGU nº 909/2015.



2.OBJETIVO

O presente Protocolo tem como objetivo detalhar, para além das disposições do Código de Ética e de Conduta, a Política de Prevenção à Corrupção e ao Suborno, no âmbito do Programa de Integridade da Caldo Bom.

A natureza preventiva deste Protocolo busca conscientizar, fortalecer conceitos e deixar claro o comprometimento da Caldo Bom com as boas práticas no ambiente corporativo, nas relações comerciais, nas relações diretas e indiretas com as entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. Desta forma, busca-se trazer objetividade às

condutas esperadas de todos aqueles que se relacionam com a Caldo Bom, e servir como referência individual e coletiva, e proporcionando segurança e agilidade na tomada de decisão, na prevenção e na correção de atos falhos. O Programa de Integridade como um todo é coordenado, executado e fiscalizado pelo Comitê de Compliance, que tem independência e estrutura para esta finalidade, além de analisar permanentemente os riscos aos quais a empresa está exposta em matéria de prevenção à Corrupção e ao Suborno.

Desta forma, espera-se aumentar a transparência, confiabilidade dos colaboradores, clientes e fornecedores, reduzindo riscos e gerando valor para o Grupo.



3. CORRUPÇÃO, SUBORNO E FRAUDE: O QUE SÃO?

A corrupção consiste em oferecer ou prometer vantagem indevida a alguém, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, isto é, para estimular a pessoa a quebrar as regras – abusar delas ou as desvirtuar – em busca de vantagens pessoais para quem oferece ou promete. Trata-se de um desvio de normas, considerado crime pelas leis brasileiras e uma razão para a anulação de atos administrativos, por desvio de finalidade, tendo em vista que os procedimentos ou condutas ocorrem para o atingimento de finalidade distinta daquela que originalmente deveria ser praticada.

Importante destacar que a corrupção pode ser praticada em nome próprio, de terceiros ou mesmo da empresa. A vantagem obtida pode ser financeira, mas também outras formas como o prestígio, o atingimento de metas, etc.

A forma mais comum da prática da corrupção, mas não a sua única, é o suborno. O suborno usualmente é conhecido como a propina, mas deve ser entendido como qualquer oferta, promessa, doação, bem como o recebimento, aceitação ou solicitação, de uma vantagem indevida de qualquer valor (que pode ser financeiro ou não financeiro), direta ou indiretamente, para si ou para outrem e independente de localização, em violação às leis aplicáveis, como um incentivo ou recompensa para uma pessoa que está agindo ou deixando de agir em relação ao desempenho de suas obrigações.

É de suma importância perceber que o simples fato de existir uma oferta já é suficiente para que se caracterize o suborno – independentemente da efetiva aceitação ou mesmo da obtenção da vantagem. Também são considerados como corrupção e suborno a realização de qualquer destas práticas por meio de terceiros, inclusive familiares e amigos.

Neste sentido, são exemplos de corrupção mediante suborno:

- Dar, prometer e oferecer, direta ou indiretamente, propina, isto é, vantagem indevida a um agente público ou privado, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- Dar, prometer ou oferecer, a um agente público ou privado¹, presentes, ajudas de custo, brindes, viagens, hospedagens, entretenimento (tais como shows e eventos) ou refeições de valor superior ao limite estabelecido nas políticas internas da Caldo Bom;
- De qualquer forma incentivar a prática de atos ilícitos;
- Utilizar-se de pessoas físicas ou jurídicas para ocultar ou dissimular beneficiários de quaisquer atos contrários aos padrões de conduta descritos no presente Protocolo;

1. Ainda que existam distinções legais com relação aos atos praticados em relação a agente privado ou agente público, essas não serão aqui consideradas.

- Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos ou privados, ou intervir em sua atuação.

A fraude, por sua vez, é qualquer ato enganoso, praticado em desacordo com a verdade, com má fé e dirigida a enganar terceiros. Este ato pode ser praticado individualmente ou em conjunto, sendo exemplos:

- Frustrar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público ou privado;
- Impedir ou perturbar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público ou privado;
- Afastar ou procurar afastar licitante ou concorrente, por meio de artifício ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Criar, de modo dissimulado ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública, celebrar contrato administrativo ou fraudar relações privadas;
- Obter vantagem ou benefício indevido, resultante de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- Manipular ou burlar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- Falsificar documentos, próprios ou alheios, seja em relação ao seu conteúdo, seja em relação ao seu signatário;
- Falsificar ou burlar de qualquer forma procedimentos, contratos, regras ou leis;
- Manipular valores, estruturas financeiras ou contábeis.

Cuidados Especiais: Estes exemplos são meramente ilustrativos, sendo que qualquer ato que suscite dúvidas deve sempre ser comunicado ao Comitê de Compliance.



4. CONDUTAS VEDADAS POR ESTA POLÍTICA

A boa reputação é a credibilidade e o grande valor da Caldo Bom. Sendo assim, não será tolerada qualquer conduta em desacordo com a integridade ou inadequada segundo os padrões estabelecidos no Código de Ética e Conduta do Grupo, incluindo sem limitação: fraude, suborno, corrupção, falsificação, desonestidade ou lavagem de dinheiro.

4.1. PAGAMENTOS INDEVIDOS

É expressamente proibido que qualquer pessoa física ou jurídica que mantém relação com a Caldo Bom, ainda que não em benefício desta, direta ou indiretamente, por si ou terceiros, prometa, dê, ofereça, entregue ou pratique qualquer forma de suborno ou oferta de outra vantagem seja a entes privados, agentes públicos, funcionários, órgãos ou agências governamentais.

Essa proibição não se aplica somente ao indivíduo que realiza, oferece ou promete o pagamento, mas também àquele que sabe da possibilidade de ocorrência do ato de corrupção e nada faz para a evitar.

Importante também esclarecer que a proibição abrange tanto o oferecimento de vantagem para que alguém pratique uma ação ilícita (ato contrário à lei), como também a facilitação para perceber uma ação lícita (por exemplo acelerar ou retardar uma atividade). Assim, é preciso cuidar não somente com o conteúdo das ações ou omissões, mas também com forma pela qual são praticadas as ações.

Cuidados Especiais:

(i) prestar atenção com os incentivos que estão sendo oferecidos dentro e fora da empresa. Assim, não fixar metas que dependam de terceiros alterarem qualquer fluxo ou procedimento. Exemplos: “agilizar”, “obter desconto”, “êxito em processo fiscal”, “exoneração tributária”, “ganhar licitação”, etc.

(ii) caso algum sócio, diretor ou colaborador possua relação de amizade íntima ou parentesco com agentes públicos ou com colaboradores de Parceiros Externos, este fato deve ser comunicado ao Comitê de Compliance.

4.2. BRINDES, PRESENTES E HOSPITALIDADE

O brinde é a lembrança distribuída como cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos. A distribuição do brinde deverá ser feita para um grupo indiscriminado de pessoas, ou seja, não se pode destinar a um único indivíduo.

O presente é algo de valor, usualmente de maior valor do que um brinde, escolhido especialmente para agradar quem o receberá. Ao contrário do brinde, o presente é endereçado para uma ou algumas pessoas específicas e é oferecido em decorrência de uma relação pessoal ou comercial com quem recebe o presente.

A hospitalidade é a oferta de passagens aéreas, refeição, hospedagem em qualquer estabelecimento hoteleiro, ingressos para eventos, convenções, palestras, ou qualquer outro tipo de entretenimento.

Todas essas ofertas podem, conforme o caso, ser entendidos como forma de suborno, mesmo que nem doador nem receptor tenham tido essa intenção. Como regra da Caldo Bom, nenhuma dessas ofertas pode ter valor superior a R\$ 200,00 (duzentos reais). Dessa forma, o colaborador interno da empresa deve se assegurar que toda a oferta, bem como o recebimento, de brinde, hospitalidade ou presente esteja em conformidade com as regras estabelecidas no presente Protocolo, no Código de Ética e Conduta e que e que respeitem esse limite. Em caso de dúvidas, o colaborador deve submeter a questão ao seguinte teste:

- sob o ponto de vista de um terceiro, a situação parece adequada? Caso a resposta indique a possibilidade de qualquer tipo de constrangimento caso terceiros viessem a tomar conhecimento dessa ação, ela não deve ser executada. Persistindo as dúvidas, o colaborador deve discutir o tema com seu superior imediato, o qual, por sua vez, em caso de dúvidas, levará o tema ao Comitê de Compliance.

Em situações especiais ou justificadas, poderão ser oferecidos brindes, presentes e hospitalidade que ultrapassem o valor acima mencionado. Contudo, será necessária aprovação prévia e por escrito da Diretoria da Caldo Bom e do Comitê de Compliance.

4.3. CONTRIBUIÇÕES POLÍTICAS

A Caldo Bom não autoriza seus colaboradores a apoiar a participação em campanhas ou atividades políticas e/ou partidárias, em nome dela e/ou em nome próprio valendo-se indiretamente do nome da empresa, bem como utilizar qualquer instalação, material e equipamentos da companhia para apoio a partidos políticos ou eleição de candidatos, assim como a distribuição de panfletos, adesivos, colocação de cartazes ou qualquer outra forma de manifestação política.

4.4. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS E DUE DILIGENCE

Os colaboradores nunca devem pedir a um Parceiro Externo que se envolva em (ou tolere) qualquer conduta imprópria nos termos desta Política. Além disso, o colaborador nunca deve fazer “vista grossa” às suspeitas de violações deste Entendimento por parte de Parceiros Externos, nem desconsiderar outras circunstâncias suspeitas. Qualquer conduta imprópria efetiva ou suspeita deve ser imediatamente informada ao diretor responsável ou ao Comitê de Compliance.

Nesse sentido, a Caldo Bom fará negócios apenas com Parceiros Externos idôneos e de excelente reputação, com qualificação técnica adequada e que se comprometam expressamente a adotar a mesma política de tolerância zero quanto à corrupção.

Assim, é dever de todos aqueles que em nome da empresa se relacionam com terceiros: (i) promover a apresentação da política anticorrupção ao Parceiro Externo; (ii) realizar a análise prévia de antecedentes, qualificações e reputação, buscando afastar quaisquer dúvidas quanto a seus valores éticos, idoneidade, honestidade e reputação; (iii) verificar a existência de um sistema anticorrupção próprio; (iv) verificar a existência de reputação relacionada a suborno, fraude, desonestidade ou conduta similar; (v) verificar a existência de vínculo ou relação com entidades públicas que possam conduzir ao suborno.

Será igualmente obrigatória a inclusão de cláusula anticorrupção em todos os contratos firmados com terceiros. Contratações específicas exigirão o preenchimento de formulário de avaliação de risco anticorrupção.

5. INVESTIGAÇÃO E SANÇÕES

A Caldo Bom não tolerará qualquer prática de atos corruptivos ou cometidos mediante fraude. Por isso, o Comitê de Compliance e os canais de denúncias estarão sempre ativos, disponíveis e cuidando da segurança de todos.

Caso qualquer pessoa tenha ciência ou desconfie de atos praticados em desconformidade com o presente Protocolo, o Código de Ética e de Conduta do Grupo e o Programa de Integridade como um todo, deverá imediatamente comunicar ao Comitê de Compliance ou oferecer uma denúncia. Todos estão encorajados a contribuir para que a marca se mantenha sempre livre de corrupção.

Qualquer empregado flagrado em violação estará sujeito a medidas disciplinares, que poderão incluir advertências, suspensões e até mesmo demissão por justa causa, além dos processos cíveis e criminais correspondentes, de acordo com a gravidade e as condutas praticadas.

Agentes, consultores e terceiros contratados que atuem em benefício da empresa e que forem flagrados em violação dos padrões de conduta presentes neste Protocolo estarão sujeitos à extinção de sua relação contratual, bem como a outras medidas jurídicas à disposição da Caldo Bom nos termos da lei aplicável.

O Comitê de Compliance pode ainda adotar medidas que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados.

6. PUBLICIDADE E TREINAMENTO

A Caldo Bom é responsável por garantir que todos os diretores, administradores e colaboradores estejam cientes e conscientes acerca do Programa de Integridade, ao qual pertence este Protocolo.

Para garantir que todos conheçam e entendam a presente Política, de forma que ela possa ser seguida e devidamente aplicada, ela será apresentada por meio de programa de comunicação e treinamento, e a participação dos colaboradores internos será obrigatória e documentada.



7. AUDITORIA E MONITORAMENTO

A Caldo Bom mantém mecanismos de monitoramento e auditoria, garantindo a eficiência dos processos e controles previstos neste Protocolo, bem como a independência do Comitê de Compliance.

O monitoramento deve ser realizado pela alta direção do Grupo, ao passo que a auditoria deve ser conduzida por uma entidade externa, de modo a garantir credibilidade ao Programa de Integridade como um todo.

8. DÚVIDAS OU INCIDENTES

Os colaboradores e terceiros que se relacionem com a Caldo Bom são incentivados a tirar dúvidas em relação a este Protocolo. Quaisquer perguntas ou dúvidas acerca de uma situação específica que, de alguma maneira, relacione-se a esta Política (ou políticas e procedimentos afins) devem ser encaminhadas ao Comitê de Compliance antes que qualquer atitude seja tomada. Os colaboradores devem imediatamente relatar qualquer suborno, solicitação ou oferta de pagamento ou vantagem impróprios de que venham a ter conhecimento.



9. CANAL DE ÉTICA

É obrigação de todos que tenham conhecimento de qualquer violação ou suspeita de violação às Leis Anticorrupção ou às regras do Programa de Compliance, incluindo esta Política, comunicar tal fato, seja diretamente ao Comitê de Compliance, seja por meio do canal de denúncias (ou canal de ética).

A Caldo Bom coloca à disposição dos seus colaboradores internos e terceiros o seu canal de denúncias (ou canal de ética), devendo ser utilizado para comunicar à empresa sobre potenciais violações ou situações suspeitas, bem como para sanar quaisquer dúvidas a respeito da aplicação desta Política de Anticorrupção e Suborno.

10. REVISÕES

O presente Protocolo deverá passar por uma revisão periódica, com intervalos bianuais, de modo que possa ser reavaliado conforme a experiência acumulada e os novos riscos percebidos, bem como, para que seja adaptado a novos padrões de integridade que se mostrarem oportunos, dentre eles as alterações vindouras de normas como a ISO 19600 e outras que venham a ser editadas.

